

ESTADO, SINDICATO E DIREITO NOS “ANOS GLORIOSOS”: pequenas reflexões econômicas e políticas sobre a construção do “Pacto Fordista”

Resumo:

O presente trabalho busca analisar as bases de consolidação do Direito do Trabalho no século XX. Para tanto, buscamos compreender a evolução das teorias econômicas que propiciaram a adoção das políticas keynesianas, após a segunda guerra mundial. Posteriormente, nos debruçamos sobre a guerra fria e a generalização do processo de produção Taylorista/Fordista. Por fim, analisamos a construção do marxismo reformista e a instituição de um pacto social implícito entre capital, trabalho e Estado que originou o Estado de Bem Estar Social e que denominamos de “pacto fordista”.

Palavras chave: Direito do Trabalho. Políticas Keynesianas. Marxismo Reformista.

STATE LAW UNION IN THE "GLORIOUS YEARS": small economic and political reflections on the construction of the "Covenant Fordis”

Abstract:

This article intent to analyze the foundations that informed, or not, the Labor Law in the twentieth century. For that, we seek to comprehend the evolution of the economic theories that lead to embracing Keynes theory after the World War II. After that, we will analyze some aspects of the Cold War and the implement of Ford and Taylor’s production method. By the end of the paper we will explore the construction of the new Marxism and the adoption of a pact between the Capitalistic System, the workers and the State which lead to the what became known as “The Well Faire State” That pact is what we will call “Ford’s Pact”.

Key-words: Labour law. Keynesianism. Reformist Marxism.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes
e totalmente livres.”
Rosa Luxemburg

1. Introdução

Todos os estudiosos do Direito do Trabalho de hoje se debruçam sobre uma importante questão, que denominamos de “flexibilização e precarização trabalhista”. O Direito do Trabalho surge como o primeiro ramo jurídico construído de “baixo para cima”. Ou seja, foram as forças sociais, através de sua atuação e mobilização política, que propiciaram o seu surgimento. Talvez seja a primeira e maior expressão do “direito achado na rua”¹.

O Direito do Trabalho surgiu violentamente e viveu seu período áureo, nos países do capitalismo central², após a segunda guerra mundial até a eclosão da crise do petróleo em 1973. A partir do fim da década de 70, vivenciamos tristemente sua crise. De ramo do Direito que buscava interpretações inclusivas e expansionistas tem se tornado cada vez mais restritivo – seja na aplicação ou na interpretação.

Muitas das causas da crise do Direito do Trabalho tem sido estudadas profundamente. Alguns atribuem a tentativa de sua destruição à crise dos sindicatos, outros à retomada do pensamento ultraliberal, alguns defendem o esforço dos meios de comunicação de propagar sua derrocada. Embora compartilhem a ideia de que vários são os fatores da crise do Direito do Trabalho, não nos dedicaremos ao seu estudo no presente artigo. Afinal, grandes juristas já se dedicam a esse tema como Maurício Godinho Delgado, Márcio Túlio Viana, Jorge Luiz Souto Maior, dentre outros, além de economistas e sociólogos do trabalho.

Nossa intenção é bem mais modesta. Buscaremos aqui compreender quais foram as bases que sustentaram a consolidação do Direito do Trabalho no século XX. Bases estas que foram minadas a partir do fim da década de 1970 e que, hoje, adquiriram nova relevância acadêmica e política devido a crise que cada vez mais se aprofunda nos países do capitalismo central.

¹ Expressão criada por Roberto Lyra Filho que, atualmente, designa uma linha de pesquisa no Programa de Pós Graduação em Direito da UnB.

² Europa Ocidental, Norte europeu e EUA.

No presente estudo, não partiremos de estudos jurídicos. Buscaremos compreender os pilares econômicos e políticos que propiciaram a construção do Estado de Bem Estar Social e seu ramo jurídico – até então – mais prestigiado, o Direito do Trabalho.

Acreditamos que tal estudo pode nos auxiliar, futuramente, na compreensão da crise do Direito do Trabalho e, até mesmo, possibilitar uma proposta de superação, já que nunca perdemos o otimismo.

Com o objetivo de compreender a teoria econômica sobre a qual se baseou um novo pacto social, analisaremos as teorias sobre as crises cíclicas da economia capitalista e a proposta keynesiana. Posteriormente, nos debruçaremos na análise da guerra fria e seus impactos no planejamento econômico capitalista. Por fim, estudaremos as transformações no pensamento marxista e as principais características do período áureo do capitalismo.

2. Do capitalismo mercantilista ao capitalismo monopolista

A partir do século XV, as grandes navegações propiciam a intensa circulação e distribuição de mercadorias entre as metrópoles e as colônias. Essa fase do capitalismo, também denominada de mercantilismo, contribuiu imensamente para a acumulação de riquezas nas metrópoles, criando condições para inovações tecnológicas que possibilitaram a concentração da produção em grandes plantas industriais.

A primeira revolução industrial (energia a vapor e ferro), no século XVIII (1760/1860), possibilitou a otimização da produção e uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo, denominado concorrencial ou liberal. Essa fase é marcada pela desregulamentação do mercado e intensa competição entre os donos dos meios de produção, baseadas nas ideias de livre mercado que, supostamente, se auto regulamentava, através da lei da oferta e da procura. As indústrias eram relativamente pequenas e estabeleciam verdadeiras concorrências entre si.

Até o final do século XIX, o capitalismo anglo saxônico caracterizava-se pela intensa concorrência entre os donos dos meios de produção.³ Para liderar o mercado, estes

³ Denominamos de capitalismo anglo saxônico os líderes do capitalismo mundial daquela época. Tendo em vista que a primeira revolução industrial se originou na Inglaterra, este país despontou como o

buscavam inovações tecnológicas que possibilitassem a redução da necessidade de mão de obra, reduzindo assim os custos da produção.

Os EUA, até o final do século XIX, adotavam uma política de intensa desregulamentação comercial, através de práticas financeiras especulativas que provocaram diversas crises. Segundo Luiz Gonzaga Beluzzo “... desde a Guerra Civil (norte-americana), esta precaridade institucional sustentou o avanço das sucessivas gerações de ‘barões ladrões’ que transformaram a economia e comandaram a política americana” (BELZUZZO, 2009, p. 11).

No entanto, o sistema capitalista nunca se ajustou tranquila e automaticamente a essa ideia, tanto que sua história demonstra a cíclica e permanente instabilidade econômica, que se aprofundou na fase do capital monopolista.

O capitalismo monopolista é a fase inaugurada pela segunda revolução industrial. Com a introdução de novas fontes de energia como eletricidade e petróleo, formaram-se grandes companhias empresariais que controlavam o mercado, através de cartéis, trustes e *holdings*.

O capital monopolista fez com que a concorrência não regulamentada se tornasse prejudicial. As grandes corporações reduziram a flexibilidade e a capacidade de ajuste do mercado.

No século XX, os capitalistas já detinham o poder político e integravam os governos nacionais. Assim, passaram a solicitar a intervenção estatal na economia a fim que se regulasse a concorrência. O intuito era promover a livre concorrência e evitar sua forma “desleal”, mas também restringir as reivindicações trabalhistas.

As leis *antitruste* obrigavam as grandes corporações a agir como pequenos concorrentes, assim como ocorria no período do capitalismo concorrencial. Buscava-se a concorrência funcional que seria a aproximação tolerável da concorrência perfeita. O Estado deveria então intervir para assegurar a “mão invisível do mercado”⁴.

Apesar de o senso comum afirmar ao contrário, a ideia de intervenção estatal na economia, como observamos, não surgiu com Keynes. O argumento de mercados auto-ajustáveis surgiu no auge do capitalismo concorrencial, com intuito de limitar as funções e

primeiro líder do capitalismo mundial. No entanto, os Estados Unidos da América, devido ao desenvolvimento promovido por imigrantes e descendentes ingleses no norte do país, surge como novo líder a partir da segunda revolução industrial, posição que se consolida, indiscutivelmente, após a segunda guerra.

⁴ Expressão cunhada por Adam Smith que exprime a ideia de que o mercado é auto-regulável.

poderes dos governos da época que não atendiam os interesses industriais, vez que tinham como aliados os comerciantes e proprietários de terras.⁵

A política ultraliberal norteamericana somente foi refreada - mais profundamente - pela pressão dos movimentos sociais e pela profunda crise de 1929 que acabaram provocando a adoção de uma política intervencionista estatal. Tal “repressão financeira” ocorreu no mesmo momento em que aconteceu a internacionalização da corporação produtiva americana.

Em 1929 ocorre uma “grande depressão”, em patamares nunca antes experimentados. Segundo Hunt:

Entre 1929 e 1932, houve mais de 85.000 falências de empresas; mais de 5.000 bancos suspenderam suas operações; os valores das ações na Bolsa de Valores de Nova York caíram de US\$ 87 bilhões para US\$ 19 bilhões; o desemprego aumentou para 12 milhões, com quase um quarto da população sem meios de se sustentar; a renda agrícola caiu a menos da metade e o produto industrial caiu quase 50%. (HUNT, 2005, p. 383).

Neste período havia recursos naturais e meios de produção – instalações industriais, maquinário, matéria prima – em abundância, além de grande oferta de mão de obra. No entanto, oferecer emprego não estava gerando lucros para os industriais e, portanto, não era interesse dos capitalistas.

Os economistas neoclássicos começaram a concluir que a teoria da “mão invisível do mercado” estava perdendo sua utilidade ideológica, vez que ameaçava o próprio capitalismo. Seria então necessário, para manter o próprio sistema capitalista, tomar medidas drásticas.

3. As crises capitalistas e as propostas de superação

As crises econômicas sempre marcaram o capitalismo, desde seus primórdios. A economia política dedicou muitos de seus esforços na tentativa de compreensão dos motivos das crises cíclicas e constantes e na busca de formas de sua superação.

⁵ Pensamento formulado por J.B. Say (1767 – 1832), discípulo de Adam Smith, posteriormente conhecido como Lei de Say.

Alguns economistas defendiam que as causas das crises eram anormais, exteriores ao sistema (como por exemplo, o fracasso de colheitas, revisões tarifárias, modificações monetárias, dentre outras). Concluía que cada crise teria sua causa específica.

Outra corrente de economistas defendia que a causa especial das crises é física, como a fome da Índia, supostamente provocada pelas manchas solares. Havia ainda economistas que entendiam que as causas das crises eram psicológicas, ou seja, provocadas por erros de otimismo ou pessimismo de parte dos donos de meios de produção. Se a economia prosperasse, os donos dos meios de produção ficariam muito otimistas, aumentariam a produção, visando o aumento da taxa de lucro. Para aumentar a produção tomariam empréstimos para investirem livremente em equipamentos industriais e assim provocariam o aumento da taxa de lucros, elevando, indiretamente, os preços ao lançar maior capacidade aquisitiva em circulação. Quando as mercadorias não escoavam, o pessimismo aumentava e a produção era reduzida.

Outra teoria interessante a respeito das crises capitalistas é a que foi desenvolvida por John A. Hobson, denominada “teoria da superpoupança ou do subconsumo”. De acordo com este economista, durante os períodos de prosperidade, as rendas do capital crescem muito mais do que os salários dos trabalhadores. O excedente dos ricos é investido na indústria para aumentar a produção, ou seja, em equipamentos novos e mais avançados.

Gera-se então um excesso de mercadoria, mas os baixos salários inviabilizam o aumento do consumo. As mercadorias não escoam e os preços desabam. A produção então deixa de ser lucrativa e é reduzida, o que provoca o desemprego e a superpoupança dos ricos cessa. Lentamente o excedente de produção é consumido e a produção volta a se elevar e todo o ciclo de prosperidade, surto, crise e depressão recomeça.

Para Hobson, aumentar a proporção da renda geral atribuída aos assalariados, através de aumento de salários ou assistência social, seria a condição essencial para manutenção do pleno emprego.

4. Teoria marxista das crises

Karl Marx entendia que as crises do capitalismo seriam insuperáveis e somente o fim do sistema capitalista poderia cessá-las. A finalidade essencial do capitalismo seria

obter lucros. Poderia até haver tendência de redução das taxas de lucros, sendo que isso seria até mesmo inevitável devido à estrutura do sistema produtivo.

Para Marx, com o desenvolvimento do capitalismo, uma parte cada vez maior do capital estaria sendo investido em capital constante, reduzindo-se o investimento em capital variável⁶. As inovações tecnológicas tenderiam a eliminar o trabalho e haveria a tendência de queda das taxas de lucro, pois somente o capital variável cria o lucro. No entanto, os lucros se manteriam, embora em nível inferior, pois se manteria a extração da mais valia através da exploração do trabalho.⁷

O capitalista calcula o lucro sobre o total do capital investido – embora para Marx somente o capital variável gere lucro. Assim, embora o lucro diminua com decréscimo de investimento em capital variável, seu total aumenta. Para aumentar o total de lucros, o capitalista aumenta o capital constante e o capital variável em proporções distintas (por exemplo, triplica o capital constante e dobra o capital variável). Para isso, é necessário que aumente a acumulação de capital para investir em capital constante e aumentar o lucro.

De acordo com Marx, a concorrência de mercado teria demonstrado, falsamente, aos capitalistas que o aumento de salários provoca diminuição de lucro e, conseqüentemente, diminuiu a acumulação que é essencial para a continuação desse. Sendo assim, os capitalistas pagam o menor salário que podem para aumentar a taxa de acumulação. Quanto mais acumulam, mais lançam mercadorias no mercado. Essa contradição econômica é que gera as crises, pois a falta de capacidade aquisitiva dos trabalhadores para absorver a produção gera subconsumo e superprodução. De tal capacidade aquisitiva depende a realização de lucro, salários baixos tornam possíveis altas taxas de lucros imediatas, mas tornam impossíveis os lucros porque reduzem, e podem até mesmo eliminar, a procura por mercadorias.

5. A teoria econômica neoclássica

⁶ O capital é composto por capital constante e capital variável. O capital constante são as máquinas, ferramentas, matéria-prima, etc. Seu valor é constante até o produto final. Seu valor original é integralmente transferido para o produto, mas é estéril, não cria um valor novo. O capital variável, por sua vez, é empregado na aquisição de força de trabalho (salários). No processo de produção, seu valor original se transfere ao produto final. Esse capital variável é criativo, pois somente ele cria novos valores no processo de produção. Através da mais valia ele cria valor superior ao que vale em si. É a força de trabalho viva que dá origem aos lucros.

⁷ Em apertada síntese, a mais valia pode ser definida pela diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador. Para Marx, somente o trabalho cria novos valores à mercadoria. Devido a esse fato, a mais valia é a base do lucro do sistema capitalista.

Uma corrente importante de economistas creditava ao sistema monetário deficiente as causas das crises. Leo Huberman (1986) os denominava como pertencentes à “escola da regulamentação do dinheiro”. Tais economistas foram posteriormente designados como pertencentes à “escola da economia neoclássica”.

Para tal escola econômica, as crises são fruto da instabilidade do padrão do valor. Segundo eles, o sistema monetário de trocas é deficiente. O dinheiro seria apenas um meio de trocas que é precário por não ser estável, pois seu valor varia constante e rapidamente. Com o crescimento da indústria e a expansão da produção, a saída de mercadorias aumenta. Se não houvesse tanto dinheiro em circulação para comprar tais mercadorias, os preços cairiam. As crises então seriam efeitos da elevação e queda do nível geral de preços, devido ao aumento ou decréscimo do volume de dinheiro em circulação.

Tal erro deveria ser remediado através do controle da moeda e do crédito, a fim de se estabelecer uma relação estável entre o volume de ouro produzido e o volume de dinheiro no bolso dos consumidores.

O economista neoclássico Walras desenvolveu a “teoria do equilíbrio geral” que analisa a economia sob o pressuposto de um processo contínuo de produção, circulação e consumo. De acordo com tal teoria, em um determinado período da produção, a empresa produz certo valor em mercadorias. Com a receita das vendas das mercadorias produzidas, a empresa paga os custos da produção – salários, matéria prima, aluguéis, juros pelo empréstimo do investimento. O que sobra da receita obtida com as vendas é o lucro do capitalista.

Os custos da produção geram rendas para os indivíduos – trabalhadores – e para outras empresas, como o banco que efetuou o empréstimo para o investimento, a empresa que vendeu a matéria prima e o maquinário, dentre outros. Por sua vez, a renda do capitalista é o lucro obtido.

Assim, o valor da produção seria o seu custo e o lucro obtido. Custos e lucros seriam rendas. Então o valor da produção seria igual à renda gerada pela própria produção. Tal raciocínio é adotado em uma visão macro, ou seja, é válido para todo o desenvolvimento da economia nacional.

Para se vender tudo que é produzido, as pessoas têm que gastar todas as suas rendas. Assim o valor da produção estará compreendido nas vendas e os lucros permanecerão altos e a produção tenderá a crescer.

O fluxo é circular. O dinheiro sai da empresa para os particulares em forma de salários, juros, aluguéis, lucros e retorna para a empresa através de consumo de mercadorias por ela produzidas. A venda de toda produção e o lucro satisfatório dão continuidade ao círculo. Porém, tal fluxo circular possui vazamentos.

O primeiro vazamento se deve ao fato de que nem todas as pessoas gastam toda a sua renda, pois uma parcela desta renda se transforma em poupança em bancos. O segundo vazamento se dá através da compra de bens e serviços estrangeiros, pois o dinheiro gasto com importações não é gasto com bens produzidos no país. O terceiro vazamento ocorre com o pagamento de impostos.

Para os neoclássicos, tais vazamentos podem e devem ser contidos para que se reine a prosperidade. O vazamento da poupança seria combatido com a expansão de investimentos dos capitalistas através de empréstimos de recursos poupados. Por sua vez, o vazamento decorrente de importações seria superado através de exportações. Por fim, o vazamento com o pagamento de impostos seria evitado se o governo utilizasse todos os recursos arrecadados, investindo na economia e equilibrando, assim, o orçamento.

Os neoclássicos entendiam que as pessoas somente fazem poupança, pois recebem uma recompensa por isso que são os juros. Assim, quanto mais altos os juros, maior seria a poupança e vice-versa. A política de juros geraria um impacto nos investimentos, uma vez que os empréstimos são a juros. Juros altos atraem poucos investimentos e juros baixos acentuam estes.

Por fim, os economistas neoclássicos entendiam que o desemprego seria a recusa dos trabalhadores em aceitar a redução de seus salários, sendo, portanto, voluntário. Uma vez que o capitalista somente investe porque deseja lucro, o corte de salários aumentaria a sua taxa de lucros e incentivaria o capitalista a efetuar mais investimentos.

Tendo em vista que tal teoria enfoca somente os interesses dos capitalistas, na “grande depressão” de 1929, os neoclássicos recomendaram aos governos cortes de salários para combater o desemprego.

6. A Teoria de Keynes

Jonh Maynard Keynes (1883 – 1946) era um economista neoclássico que aceitava quase todos os preceitos de tais economistas, inclusive a teoria sobre o desemprego voluntário.

Segundo Keynes, o marxismo não tinha qualquer interesse como teoria científica, pois supostamente carecia de lógica. Além disso, Keynes achava que reconhecer de alguma forma que Marx entenderia a instabilidade do capitalismo seria promover a derrubada do sistema ao invés de contribuir para sua salvação, o que era a sua intenção.

Keynes queria preservar ao máximo a teoria neoclássica e por isso aceitou alguns de seus preceitos como a crença de que o livre mercado alocava eficientemente os recursos se atingisse o pleno emprego. Para Hunt (2005), embora Keynes fosse extremamente lógico, sua teoria caiu em contradição devido sua ideologia de salvar o capitalismo.

Keynes rejeitava a noção neoclássica de que se houvesse pleno emprego a taxa de juros igualaria, automaticamente, a poupança ao investimento. Para Keynes, poupança e investimento não determinavam a taxa de juros, apenas igualavam a demanda e a oferta de moedas.

Keynes desenvolveu a noção da “função consumo”, segundo a qual o nível de consumo e o nível de poupança eram determinados pelo nível de renda. O nível de renda influenciava muito mais o nível de poupança que a variação da taxa de juros. Ou seja, a propensão dos indivíduos para consumir ou para poupar não seria determinada pela taxa de juros e também não determinava a taxa de juros. Os indivíduos poupariam para controlar o consumo futuro.

A taxa de juros seria a recompensa pela desistência da liquidez – desistência do controle da moeda em troca da dívida – por determinado tempo.⁸ Por isso a taxa de juros seria determinada pela demanda e oferta da moeda.

A demanda por moeda seria determinada por três motivos: a) motivo transação – necessidade da moeda para as transações pessoais e comerciais; b) motivo precaução – vontade de ter segurança em termos de um determinado volume de caixa em relação aos recursos totais; c) motivo especulação – objetivo de auferir lucros, sabendo-se, melhor do que o mercado, o que o futuro traria.

⁸ Liquidez é um conceito econômico que considera a facilidade com que um ativo pode ser convertido no meio de troca da economia, ou seja, é a facilidade com que ele pode ser convertido em dinheiro. O grau de agilidade de conversão de um investimento, sem perda significativa de seu valor, mede sua liquidez.

Para Keynes, parte da demanda por moeda dependia das expectativas quanto ao que aconteceria com a taxa de juros no futuro. Se a taxa de juros fosse alta, poucos esperariam que ela subisse ainda mais e, conseqüentemente, poucos poupariam com fins especulativos. Se a taxa de juros fosse baixa, as pessoas criariam expectativas de que ela subisse e poupariam mais para fins especulativos. Nessa hipótese a quantidade de moeda poupada aumentaria.

Com o aumento da taxa de juros, a demanda por moeda diminui e gera excesso de poupança em relação aos investimentos, pois juros altos inibem investimentos. A demanda por moeda então seria menor do que sua oferta.

Se há superprodução, os estoques aumentam. A diminuição da produção gera desemprego e diminuição da renda. Com a queda da renda, gastasse menos. Mesmo com produção mais baixa, não se vende tudo que foi produzido. Reduz-se a produção ainda mais e o espiral continua. As empresas não teriam incentivos para expandir seus bens de capital e a economia se estabilizaria em níveis altos de desemprego e com muita capacidade ociosa.

Huberman assim explica a teoria keynesiana:

Quando os negócios são bons, o dinheiro circula mais depressa e os bancos concedem créditos maiores. É certo que cobram juros altos, mas isso não detém os industriais que vêem os negócios se expandirem e querem obter todo o lucro possível enquanto a maré é boa. É assim que a prosperidade leva a um surto econômico rápido.

Quando tal ocorre, os controladores do crédito – os bancos – se assustam e começam a achar que a estrutura dos créditos se está tornando muito pesada. ‘Os valores estão inflados’, dizem. Por isso, retiram-se do mercado, suspendem os empréstimos e cobram os empréstimos já feitos. Mas os industriais não podem pagar imediatamente, pois investiram dinheiro em seus negócios, e não ganharam ainda o bastante para pagar. E quando não podem pagar, estão falidos. Suas fábricas são fechadas, seus empregados são demitidos; as dificuldades se ampliam cada vez mais, porque as encomendas feitas aos produtores de matéria-prima cessam, e os trabalhadores que ficam sem emprego já não exercem uma procura de mercadorias. A queda da produção, a cessação da procura, a baixa dos preços resultante generalizam a depressão por toda a economia nacional, como uma moléstia contagiosa. As pessoas ficam receosas de investir, e os bancos de emprestar; o dinheiro se amontoa nos bancos, em vez de ser usado para financiar a indústria e o comércio. (HUBERMAN, 1986, p. 240/241).

Para Keynes, em alguns casos, a política monetária - diminuição ou aumento da oferta de moeda – seria suficiente para manter o pleno emprego. Porém, em outras situações isso não bastaria. Além disso, a distribuição de renda muito desigual aumenta a poupança dos ricos, concentrando mais renda.

Assim como Marx, Keynes entendia que a principal causa da depressão seria a incapacidade dos capitalistas de encontrarem oportunidades de investimento suficientes para compensar os níveis cada vez mais altos de poupança – acumulação na linguagem marxista - gerados pelo crescimento econômico. Assim, o governo deveria interferir quando a poupança superasse o investimento, tomando dinheiro emprestado. Com empréstimos, o governo eliminaria o excesso de poupança e gastaria o dinheiro em projetos socialmente úteis, sem aumentar capacidade produtiva da economia e sem diminuir oportunidades de investimentos futuros. Tais gastos aumentariam injeções de recursos na corrente de gastos e criariam o equilíbrio ao pleno emprego, sem que o governo aumentasse o estoque de capital.

Keynes entendia que os gastos públicos deveriam priorizar políticas públicas que beneficiassem os mais pobres. No entanto, os ricos – que detinham o poder político – não concordariam com essa distribuição de renda. Sendo assim, tornava-se politicamente necessário canalizar os gastos para as mãos das grandes empresas.

7. Planejamento econômico

A Rússia foi o primeiro país do mundo a ter uma economia planejada. Para compreendermos bem o que significa economia planejada teceremos breves comentários sobre o planejamento soviético, após a revolução bolchevique de 1917.

Após a “revolução vermelha”, os russos aboliram a propriedade privada dos meios de produção e passaram a orientar sua economia no esforço coletivo para o bem coletivo, ao contrário da economia capitalista que se baseava no esforço individual para o lucro individual.

Todo plano pressupõe um objetivo (para que) e um método (como se dará). O objetivo do sistema capitalista é o lucro pecuniário dos proprietários dos meios de produção. O objetivo do governo bolchevique era – pelo menos no princípio - a segurança máxima e o máximo de bem-estar de toda a comunidade.

A economia planificada russa tinha objetivos macros e micros. As prioridades macro foram a educação e a saúde do povo. No entanto, devido à hostilidade capitalista e o

ínfimo desenvolvimento industrial da Rússia, a produção de bens de capital⁹ se tornou objetivo primordial. Assim, todo o planejamento da economia soviética buscou atingir de forma harmoniosa e coordenada os objetivos macro dos bolcheviques, provocando grandes sacrifícios da população que se viu privada de itens de consumo imediato.

Os economistas capitalistas criticavam o planejamento soviético ao argumento de que o planejamento estatal inviabilizava o livre mercado, tornando impossível o sistema de preços e a economia racional. Para eles o preço indicaria a escassez de mercadorias. Sendo inviável o sistema de preços, a escolha de produção seria arbitrária e caótica. Assim, seria impossível o planejamento para satisfazer os interesses da coletividade.

Por sua vez, os planejadores soviéticos entendiam que os preços, no sistema capitalista, não se moviam segundo as necessidades do povo e sim de acordo com o que certas pessoas poderiam pagar. Além disso, no capitalismo real, e não naquele idealizado nos livros dos economistas burgueses, os preços são artificiais e controlados por tarifas, subsídios e monopólios.

Os capitalistas temiam qualquer forma de planejamento nacional da economia, ao argumento de que este iria ferir a liberdade e a propriedade privada e seria uma construção socialista e não uma recuperação capitalista. Outro problema do planejamento nacional é que este considerava necessariamente vital a questão da distribuição de renda e no capitalismo a propriedade privada é sagrada.

Segundo os economistas capitalistas, a distribuição de renda seria controlada pela lei natural que, se operada sem atrito, daria a cada agente da produção o volume de riqueza que cria. Tal teoria, no entanto, nega por completo a ideia de que é o trabalho que gera valor novo a mercadoria, uma vez que os agentes de produção a que se referem são os detentores do capital.

Após a “grande depressão de 1929, os países capitalistas começaram a planejar porque em alguns Estados nacionais o colapso da vida econômica foi tão amplo que o avanço da classe trabalhadora se tornou extremamente ameaçador para os capitalistas.

A primeira teoria dos planejadores capitalistas era abolir a abundância para enfrentar o paradoxo da abundância na pobreza. Assim, os governos começaram a pagar aos produtores para que estes reduzissem a produção, a fim de se eliminar os excedentes e aumentar os preços. A proposta do capitalismo planejado é a obtenção dos lucros. Em uma

⁹ Equipamentos e instalações industriais.

economia em abundância, onde a produção ultrapassa o consumo, somente se obtém lucro através da eliminação dos excedentes, pois a elevação de preços, eleva os lucros.

8. Adoção das políticas keynesianas

A “depressão de 30” arrastou-se até a eclosão da segunda guerra mundial, quando os governos aumentaram a produção de armas e o desemprego diminuiu. A maioria das economias capitalistas passou de situação de grave desemprego para escassez de mão de obra nesse período.

Para a maioria dos economistas, a experiência durante a guerra comprovou as ideias de Keynes e depois de 1945 as políticas keynesianas passaram a ser sistematicamente adotadas.

Segundo Hunt “... percebe-se que as políticas keynesianas só diminuíram uma forma de crise capitalista para gerar duas novas formas, ou seja, uma mudança estrutural para uma economia militar, ou do bem-estar permanente, e a criação da estrutura precária do endividamento, sobre a qual se assenta toda a economia...” (HUNT, 2005, p. 399).

A partir da segunda guerra mundial, o melhor desempenho da economia dos EUA foi possível devido a expansão do endividamento. Keynes demonstrou que os gastos do governo, financiados por empréstimos, eram mais eficazes que gastos financiados pela tributação. A tributação retirava recursos que seriam utilizados de qualquer maneira. A dívida pública financiou então os gastos dos governos.

9. Cenário mundial de construção dos “anos dourados”: o papel da “guerra fria”

Os quarenta e cinco anos posteriores ao lançamento das bombas atômicas, designado pelos historiadores de “guerra fria”, inauguraram um novo período na história mundial, marcado pelo confronto das duas superpotências que emergiram - Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Tal período tem como marco final o fim da URSS em 1991.

A “guerra fria” se caracterizou como uma guerra muito peculiar. Devido a sua longa duração, possibilitou que gerações inteiras se criassem à sombra de batalhas nucleares globais que, segundo a crença da época - que felizmente não se confirmou - poderia devastar a humanidade.

Segundo Eric Hobsbawm (1995), em termos objetivos, não existia perigo eminente de guerra mundial uma vez que as duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da segunda guerra mundial, estabelecendo-se certo equilíbrio de poder que não fora contestado em sua essência.

A situação mundial permaneceu razoavelmente estável desde o fim da segunda guerra mundial até meados da década de 70, uma vez que as superpotências não entraram em choque aberto entre suas forças armadas. Trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível e necessário em longo prazo.¹⁰

Essa espécie de acordo tácito é denominado por Hobsbawm (1995) de “paz fria” e se caracteriza por uma nebulosa disputa entre serviços secretos que foi exaustivamente explorada por *Hollywood* e reforçou a crença comum de possibilidade de guerra total. As superpotências utilizaram a ameaça nuclear - quase com a certeza de não cumpri-la – somente em algumas ocasiões muito específicas.¹¹

As superpotências se temiam mutuamente, embora em intensidades diferentes, e acabaram promovendo uma corrida insana armamentista para a mútua destruição, mesmo em período de paz estável. Criaram assim poderosos complexos industriais militares, utilizando a capacidade excedente para atrair e armar aliados, ao mesmo tempo em que lucravam conquistando mercados de exportação, enquanto reservavam para si os armamentos mais sofisticados, mantendo ainda o monopólio nuclear.

A “guerra fria” fez emergir economias altamente militarizadas, com enormes complexos industriais militares e inúmeras inovações tecnológicas e organizacionais que propiciaram a consagração do modelo de produção em massa em grandes plantas industriais, denominado Taylorismo/Fordismo. Segundo Hunt:

¹⁰ Com o fim dos velhos impérios coloniais europeus, a futura orientação dos estados pós-coloniais não estava clara, especialmente na Ásia. Devido a este fator, nesta área de extrema importância econômica e estratégica, as duas superpotências passaram a competir por apoio e influência, durante toda a “guerra fria”.

¹¹ Os EUA para acelerar as negociações de paz na Coreia (1953) e no Vietnã (1954), a URSS para forçar a retirada da França e da Grã-Bretanha de Suez (1956).

o militarismo oferece várias vantagens distintas aos capitalistas, em comparação com quase todas as outras formas de gastos do governo; em segundo lugar, o militarismo tornou-se tão arraigado à estrutura da economia norte-americana, que é cada vez mais inconcebível que ele venha um dia a ser extirpado sem uma reestruturação completa de todo o sistema social e político norte-americano.

[...]

...o patriotismo e o militarismo são, talvez, os meios mais eficazes de manter os empregados dóceis e promover, entre os operários, a idéia de que seus interesses estão em harmonia com os interesses dos capitalistas.

[...]

Muitas das maiores e mais poderosas corporações norte-americanas dependem muitíssimo de contratos militares. [...] Uma grande redução da produção de armamentos ou do número ou do tamanho dessas bases militares poderá arruinar economicamente comunidades inteiras. Portanto, o menor sinal de redução do militarismo gera protestos dos líderes mundiais, das grandes empresas, dos políticos e dos líderes sindicais. (HUNT, 2005, p. 400/401).

A URSS exercia influência predominante no leste europeu, zona que foi ocupada pelo exército vermelho no término da segunda guerra e não tentava ampliar sua zona de influência com uso de força militar. A URSS não se mostrava expansionista¹². As áreas de controle soviético se achavam especificamente comprometidas a não erguer Estados segundo o modelo da URSS de ditadura do proletariado e partido único, mas sim a estabelecer economias mistas, sob regime de democracias parlamentares multipartidárias. Importante notar que a URSS eliminou os não comunistas de suas “democracias populares” multipartidárias.

Além da política adotada pelos soviéticos não ter sido expansionista¹³, sua economia após a segunda guerra mundial estava em frangalhos. A URSS não possuía então interesse imediato de se antagonizar com os EUA. Os soviéticos acreditavam que o capitalismo seria inevitavelmente substituído pelo comunismo¹⁴. No entanto, percebiam que o capitalismo, sob regência dos EUA após a segunda guerra mundial, não dava qualquer sinal de esgotamento. Os soviéticos passaram a adotar então uma postura defensiva, preocupados com a hegemonia de fato do poderoso e rico EUA, enquanto estes somente se preocupavam com uma possível – e não tão provável – hegemonia soviética num dado momento futuro.

Por sua vez, os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas

¹² A política de Stalin não era internacionalista – ao contrário do que defendida Leon Trotsky – e sim de fechar as fronteiras do agora amplo (o bastante) Estado soviético.

¹³ Ao contrário do que ocorreu anteriormente, quando o Partido Comunista soviético incentivou e financiou várias tentativas de revolução, inclusive na América Latina.

¹⁴ Como decorrência lógica do conflito entre classes no regime capitalista, ideia difundida por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista.

potências coloniais, além do Japão, não intervindo na zona de hegemonia soviética. Após a segunda guerra mundial, os EUA se preocuparam em impedir uma nova grande depressão, como ocorrera no período entreguerras, em 1929. Os países beligerantes europeus, após o fim da segunda guerra mundial, se tornaram um campo de ruínas habitadas por povos famintos e desesperados, propensos ao apelo da revolução social.

Os EUA pretendiam garantir um sistema capitalista internacional de livre empresa, livre comércio, livres investimentos. Uma URSS fortalecida pela nova reorganização mundial se expandisse sua área de influência poderia enfraquecer o capitalismo mundial e seu novo líder mundial, os EUA.

O tom apocalíptico da “guerra fria” se originou nos EUA, uma vez que a democracia – regime adotado pela maioria dos países da área de influência dos EUA - promovia periodicamente, através das eleições presidenciais e parlamentares, a possibilidade de ascensão de ideologias distintas do capitalismo, ao contrário do que ocorria no regime ditatorial soviético.¹⁵ Assim, era de extrema importância garantir a manutenção da supremacia americana concreta, mais do que impedir a dominação mundial comunista.

No mundo controlado pelo capitalismo norteamericano, os comunistas desapareceram dos governos e foram sistematicamente marginalizados na política. A base política dos governos influenciados por *Washington* ia da esquerda social democrata, passando pela direita não nacionalista moderada até os partidos ligados à Igreja Católica - democratas cristãos – que pregavam programas sociais.

O plano original norteamericano de uma economia pós-guerra de livre comércio, livre mercado e livre conversão, dominada pelos EUA, se mostrou irrealista devido às dificuldades européias e japonesas de pagamento, impossibilitando uma perspectiva imediata de liberalização do comércio.

Através do “Plano Marshall” (1947)¹⁶, os EUA promoveram um projeto maciço de recuperação da economia européia e japonesa, que não se caracterizou como mera diplomacia econômica. O “Plano Marshall” acabou possibilitando a recuperação das economias beligerantes, com o conseqüente enfraquecimento da predominância econômica dos EUA.

¹⁵ O anticomunismo era genuinamente popular e visceral nos EUA, país construído sobre os princípios do individualismo e da empresa privada, mas os comunistas tiveram grande ascensão na Europa logo após a segunda guerra mundial, mais do que em qualquer época do passado.

¹⁶ É o aprofundamento da Doutrina Truman, também conhecido como Programa de Recuperação Européia.

Durante a maior parte da década de 60, a estabilidade do dólar e, conseqüentemente, do sistema de pagamento internacional, não se baseava nas reservas dos EUA, mas na impossibilidade dos bancos centrais europeus, devido à pressão norte-americana, de trocar seus dólares por ouro, estabilizando o preço do metal no mercado.

10. Breve panorama econômico dos “anos dourados” do capitalismo

Para os EUA, o domínio econômico mundial no pós-guerra representou a continuidade da expansão que se iniciou nos anos da guerra. Logo após o término da segunda guerra, os EUA já possuíam quase dois terços da produção industrial mundial¹⁷.

No entanto, no período posterior a segunda guerra mundial, denominado por Hobsbawm (1995) de “os anos dourados do capitalismo”¹⁸, os países capitalistas europeus e o Japão apresentaram taxas de crescimento impressionantes, diminuindo assim a distância com relação aos EUA. A recuperação econômica para esses países representava superar a possibilidade de revolução social e avanço comunista.

Na década de 50, o surto econômico teve extensão mundial, independente de regimes econômicos. A taxa de crescimento da URSS foi extremamente alta e veloz e os países da Europa Oriental, sob influência soviética, também cresceram em velocidade impressionante.

Somente na década de 60 o pleno emprego se tornou real na Europa Ocidental, sendo que a taxa média de desemprego estacionou em 1,5%¹⁹. Nos EUA a taxa de desemprego no início da década de 60 era, em média, de 4,6%. Sendo que tal taxa caiu para 3,5%, em meados da década de 60, com o estímulo da guerra do Vietnã²⁰.

O capitalismo neste período avançou mais que o comunismo. No entanto, a “era dourada do capitalismo” se restringiu apenas aos países centrais. Os países denominados do “terceiro mundo” – africanos, latino americanos e asiáticos – não apresentaram crescimento econômico tão significativo quanto dos países centrais, porém tiveram explosões populacionais.

Segundo Eric Hobsbawm “Hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas.” (HOBSBAWM, 1995, p. 255)

¹⁷ Afirmação de Eric Hobsbawm na obra já citada.

¹⁸ Período este que compreende o fim da segunda guerra mundial até a crise do petróleo, iniciada em 1973.

¹⁹ Fonte: HOBSBAWM, Eric. (Trad.: Marcos Santarrita). *Era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 254.

²⁰ Fonte: HUNT, E.K (Trad.: José Ricardo Brandão Azevedo; Maria José Cyhlar Monteiro). *História do pensamento econômico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 399.

No período dourado não houve escassez de alimentos, a não ser provenientes de guerras. A produção em massa de alimentos cresceu mais rápido que a população, em todo o mundo, gerando significativos excedentes produtivos. A produção de alimentos no chamado “terceiro mundo” aumentou mais rapidamente que no mundo desenvolvido.

O mundo industrial se expandiu nas regiões capitalistas - desenvolvidas e subdesenvolvidas (“terceiro mundo”) – e também nas regiões socialistas, sob influência soviética.

A economia mundial crescia a uma taxa explosiva, sendo que o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. Um dos motivos desta pujança econômica foi o fato de que o barril de petróleo – combustível que passou a sustentar a produção industrial desde a segunda revolução industrial – custava em média dois dólares, desde 1950 até 1973.

O *boom* mundial foi um continuar de velhas tendências, através da expansão mundial do modelo de produção em massa desenvolvido por Henry Ford e de sua ampliação para outros setores, como o setor da construção civil e até mesmo de alimentação²¹.

A produção em massa fordista possibilitou que bens e serviços antes restritos a minorias passassem a ser produzidos para um mercado de massa. O que era antes luxo tornou-se padrão de conforto desejado nos países do capitalismo central, como os eletrodomésticos, o telefone, dentre outros. A gama de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo tornavam antigos itens de luxo, itens de consumo diário.

A inovação tecnológica, fruto do período entreguerras, possibilitou a criação de novos produtos e a inovação de tantos outros. A guerra demandou altas tecnologias que posteriormente foram utilizadas no âmbito civil.

Segundo Hobsbawm “... a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos. A indústria e mesmo a agricultura pela primeira vez ultrapassaram decididamente a tecnologia do século XIX.” (HOBSBAWM, 1995, p. 260).

A revolução tecnológica tornou-se o principal recurso de vendas para tudo, na medida em que entrou na consciência do consumidor sedento por novidades. Pesquisa e desenvolvimento tornaram-se fundamentais para o crescimento econômico, o que reforçou a enorme vantagem já existente das economias do capitalismo central sobre as demais.

²¹ O *McDonald's* se tornou um sucesso no pós guerra.

O processo de inovação se tornou contínuo e os gastos com o desenvolvimento de novos produtos se tornaram uma parte cada vez maior e indispensável nos custos da produção. As novas tecnologias exigiam pouca mão de obra, assim, na “era de ouro” a tendência era que as indústrias de capital intensivo necessitassem cada vez menos de mão de obra e cada vez mais de investimentos.

No entanto, o ímpeto de crescimento fora tão grande que, mesmo nos países industrializados, a classe operária industrial manteve seu número ou aumentou. Devido a guerra, na Europa e no Japão foi necessário a utilização de novos contingentes de mão de obra que migraram de zonas rurais ou de outros países, sendo que até mulheres casadas, antes mantidas fora do mercado de trabalho, nele adentraram em número crescente.

A globalização proporcionou uma nova divisão internacional do trabalho, mais elaborada e sofisticada. Os países do “terceiro mundo”, na década de 50, efetuaram uma industrialização segregada e planejada, substituindo sua própria produção pela importação de manufaturas.

Em meados da década de 60, novas indústrias instaladas no “terceiro mundo” abasteciam não somente os mercados locais, mas também o mercado mundial. Exportavam artigos inteiros – como têxteis – como também se tornavam parte de um processo transnacional de manufatura. Esse processo somente foi possível graças à revolução no transporte e comunicação, impulsionada pela “guerra fria”.

Porém, os termos do comércio internacional favoreciam os países do capitalismo central que obtinham matérias primas e alimentos mais baratos. Muitos países do “terceiro mundo” desenvolveram sua industrialização baseados em velhas tecnologias como o carvão, o ferro e o aço do século XIX, bem como os países socialistas agrários. A inovação tecnológica definitivamente não floresceu nas economias socialistas. Segundo Hobsbawm:

A Era de Ouro continuou ancorada nas economias dos países-núcleo do capitalismo – mesmo em termos puramente quantitativos. Em 1957, só os Sete Grandes do capitalismo (Canadá, EUA, Japão, França, Alemanha Federal, Itália e Grã-Bretanha) possuíam três quartos de todos os carros de passageiros do globo, e uma proporção quase igualmente alta de seus telefones. (HOBSBAWM, 1995, p. 265).

O capitalismo fora reformado pelas políticas keynesianas e a globalização e internacionalização da economia avançaram de forma espetacular. Foi um casamento entre o liberalismo econômico e a democracia social.

O crescimento econômico foi supervisionado, coordenado, orientado, sustentado pelo Estado. É importante frisar que a idéia de planejamento econômico fora pioneira na URSS e foi muito criticada pelos economistas capitalistas. Mas, por motivos sociais e políticos, não se devia permitir um retorno do desemprego em massa, o que justificava a sua adoção.

Por sua vez, o compromisso político dos governos com o pleno emprego e com a redução das desigualdades econômicas – através da seguridade social e previdenciária – proporcionou um mercado de consumo de massa para produtos antes considerados de luxo e que agora se tornaram necessários²².

11. O movimento operário na construção do “pacto fordista”

Embora as teorias econômicas inspiradas no keynesianismo tenham fundamentado um novo modelo de gestão econômica capitalista, que abandonou – naquele período - as ideias do liberalismo clássico, não se pode negar que os trabalhadores e os pensamentos/movimentos políticos à eles ligados tenham tido, também, papel fundamental.

Gostaríamos de iniciar esse tópico com uma importante indagação. Se a grande concentração de trabalhadores propiciou o surgimento de ações coletivas, embasadas no ideal revolucionário marxista no século XIX, porque o aprofundamento dessa concentração não propiciou que tal ideal se realizasse? A primeira vista, podem surgir várias respostas a esta indagação. Mas resolvemos propor uma mais complexa, pois acreditamos ser um conjunto de fatores.

Parece-nos certo que um fator importante foi a decisão da antiga URSS de não ampliar seus limites de influência. Antes do início da “guerra fria”, o Partido Comunista soviético incentivava e financiava revoluções pelo mundo afora. Mas tal política fora abandonada.

No entanto, os Partidos Comunistas não deixaram de existir no mundo. Eles próprios poderiam formular estratégias revolucionárias, como fizeram até mesmo antes dos bolcheviques. Mas isso não aconteceu. Qual será o motivo? Parece-nos simplista a ideia de

²² Na década de 30 cerca de um terço dos gastos domésticos se destinavam à comida, mesmo nos ricos EUA. No início da década de 80 esse índice passou para 13%, sendo que o restante da renda ficou disponível para outros gastos. Fonte: HOBBSAWM, Eric. (Trad.: Marcos Santarrita). *Era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 264.

que os trabalhadores simplesmente aceitaram com bons olhos as políticas keynesianas. Afinal, tal política não resolveria a questão da mais valia e as desigualdades sociais ainda existentes.

De acordo com Konder (1992), após a morte de Marx e, posteriormente, de Engels, as teorias por estes desenvolvidas sofrem profundas transformações. Ainda no final do século XIX, Bernstein lança no Partido Social Democrata dos Trabalhadores Alemães (PSDTA) – espaço de intensa influência das ideias marxistas – a tese “revisionista”.

O “revisionismo” se caracterizava pelo abandono da dialética marxista²³ e o abandono do comunismo como objetivo final do movimento operário. O antigo colaborador de Engels e membro do PSDTA, Kautsky, liderou a reação contra as ideias do revisionismo.

Sendo o último colaborador de um dos autores do Manifesto do Partido Comunista, Kautsky acaba por definir os contornos do marxismo do século XX, embora abandone – como veremos adiante – alguns de seus importantes preceitos, exercendo bastante influência em todos os partidos de esquerda no mundo, bem como no movimento operário.

Como toda a ciência e a cultura da época, a teoria de Kautsky, denominada de “marxismo reformista”²⁴, é fortemente influenciada pelas ideias de progresso. É bom lembrar que o final do século XIX e o início do século XX vivenciaram profundas inovações industriais e agrícolas, que trouxeram enormes avanços tais como: planejamento sanitário, aumento da produção de alimentos, dentre outros. É compreensível que os impactos na expectativa e qualidade de vida, proporcionados por tais avanços, tenham possibilitado o aumento da crença no desenvolvimento a partir da racionalidade humana.

A influência da teoria de Darwin nas ciências sociais também contribui para uma concepção histórica otimista. Desta forma, como afirma Konder (1992), podemos conceber o “marxismo reformista” como uma fusão da metafísica²⁵ iluminista fundamentada na crença do progresso, o evolucionismo social baseado nas ideias darwinistas e um determinismo histórico extraído do materialismo histórico marxista.²⁶ Com tais

²³ Em apertada síntese, pode ser definida como método de análise da realidade que permite a atuação política dos trabalhadores, possibilitando a revolução.

²⁴ Posteriormente denominada de social democracia.

²⁵ Ramo da filosofia que estuda a essência do mundo.

²⁶ Apresenta o processo social como um constante movimento que contem em si mesmo as forças capazes de levar adiante as transformações sociais mais profundas. O processo histórico é explicado, evidenciando as classes sociais e os grupos capazes de levar adiante as possibilidades contidas naquelas circunstâncias, denominado agente histórico, inaugurando uma nova concepção do processo histórico. No materialismo histórico, a história é apenas a sucessão das gerações que surgem uma após a outra, cada qual explorando

concepções, o “marxismo reformista” propõe que a nova sociedade irá emergir através de uma evolução natural e não subversivamente.

Obviamente, alguns membros do PSDTA contestaram tal proposição. Sorel, por exemplo, alertou que a democratização burguesa das instituições poderia dissolver o ímpeto contestador revolucionário. A democratização burguesa, principal característica evolucionista no pensamento de Kautsky, para Sorel não passava de mistificação que não se concretizava na realidade, uma vez que as estruturas de poder permaneciam inalteradas. Outro ponto questionado por Sorel era o determinismo histórico, uma vez que nenhum movimento revolucionário poderia ser completamente previsível.

Rosa Luxemburg também foi uma importante contestadora das ideias reformistas, ao se posicionar a favor da radicalização das exigências democráticas pelo movimento operário, que deveriam ir muito além da institucionalização burguesa da democracia. Luxemburg também se voltou contra a lógica otimista do progresso que acabava impedindo a compreensão das derrotas do movimento operário. Rosa buscou recuperar o método de interpretação histórica do materialismo marxista como instrumento de análise social e da construção consciente do futuro. Com isso, buscou conceber novamente ênfase ao sujeito na construção revolucionária, propondo o abandono do determinismo reformista.

O marxismo na Europa, no início do século XX, passou a ser comprometido com estruturas partidárias cada vez mais pesadas²⁷. O crescimento dos partidos de orientação marxista fortaleceu suas estruturas burocráticas. Além disso, ao atuarem em sintonia com sindicatos de trabalhadores, seus representantes no parlamento obtinham importantes concessões da burguesia ao proletariado.

Pragmaticamente, os trabalhadores e suas estruturas também burocratizadas optaram por avanços graduais e prudentes em seus direitos, consolidando a orientação reformista.²⁸

A esquerda passou a concentrar seus esforços em melhorar as condições de seus eleitorados operários e em reformas sociais para esse fim. O pensamento social democrata passou a ser predominante nos círculos partidários de esquerda, que não sabiam como exigir a abolição do capitalismo e por isso dependiam de uma economia capitalista forte e

os materiais, os capitais, as forças produtivas legadas por todas as gerações precedentes. O abalo revolucionário depende dessas condições precedentes amadurecidas. De um lado as forças produtivas e de outro lado a formação da massa revolucionária que se revolta contra as condições da sociedade passada e suas bases.

²⁷ O PSDTA tornou-se, às vésperas da primeira guerra mundial, o maior partido da Alemanha.

²⁸ As críticas de Lênin a Kautsky possibilitaram a criação de um partido comunista na Rússia ágil e profundamente militarizado, o que possibilitou a revolução bolchevique.

criadora de riqueza para financiar seus objetivos. Um capitalismo reformado que reconhecesse a importância da classe trabalhadora lhes parecia adequado.

Incorporando a tese reformista, a Segunda Internacional Socialista enfatizou os seguintes princípios para construir um Estado de Bem-Estar Social: primeiro, a liberdade inclui não somente as liberdades individuais, entendendo-se por "liberdade" também o direito a não ser discriminado e de não ser submisso aos proprietários dos meios de produção e detentores de poder político abusivo. Segundo, deve haver igualdade e justiça social, não somente perante a lei, mas também em termos econômicos e socioculturais, o que permite oportunidades iguais para todos, incluindo aqueles desfavorecidos física, social ou mentalmente. Finalmente, defende-se ser fundamental que haja solidariedade e que seja desenvolvido um senso de compaixão pelas vítimas da injustiça e desigualdade.

Essa combinação política apoiou-se no consenso entre a direita e a esquerda e no consenso tácito ou explícito entre patrões e organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro dos limites que não afetassem os lucros, o que Márcio Túlio Viana denomina de “pacto fordista”²⁹. De fato, este arranjo era triangular com os governos, formal ou informalmente, mediando as negociações entre capitalistas e trabalhadores.

Para os capitalistas os altos salários não incomodavam, pois não afetavam as altas taxas de lucros proporcionadas pelo *boom* econômico. Além disso, a previsibilidade tornava mais fácil o planejamento. Os trabalhadores recebiam salários que subiam regularmente e benefícios extras. Além disso, podiam contar com um Estado Previdenciário sempre mais abrangente e generoso. Os governos conseguiam estabilidade política, com partidos comunistas extremamente fragilizados.

Conclusão

Normalmente, se atribui a consolidação do Direito do Trabalho a uma mudança da concepção de Estado. O Estado de Bem Estar Social, no qual o Direito do Trabalho

²⁹ Denominação adotada por Márcio Túlio Viana, embora o mesmo afirme que não seja de sua autoria, conforme se verifica na aula virtual *O trabalho nos tempos de Taylor, Keynes e Ford*. Aula Virtual. PUC Minas Virtual, disponível em http://200.244.52.177/embratel/main/mediaview/freetextsearch/new_search, acessado em 09 de maio de 2010.

realmente se consolidou – pelo menos nos países do capitalismo central - baseia-se na adoção dos princípios da democracia social e da igualdade material/substancial.

No campo econômico, tal mudança profunda da sociedade capitalista é atribuída a adoção das teorias keynesianas. No campo da sociologia, alguns atribuem o fortalecimento do Direito do Trabalho a organização Taylorista/Fordista que gerou grandes sindicatos de massa, burocratizados, mas com enorme poder de pressão.

Buscamos apresentar aqui outra perspectiva que se integra com todas as demais, afinal compreendemos o fenômeno como um conjunto complexo de fatores. Entendemos que a consolidação do Direito do Trabalho no século XX foi possível devido a um pacto implícito que denominamos de “pacto fordista”. Tal pacto somente foi possível porque a orientação dos partidos marxista sofreu profundas transformações.

Embora devemos esclarecer que a orientação do Partido Comunista soviético permaneceu revolucionária, é necessário observar que essa concepção ficou restrita à área de influência da antiga URSS.

Por sua vez, o “marxismo reformista” predominou no restante da Europa e concessões foram efetuadas aos trabalhadores para que tal concepção não fosse suplantada. Ora, o Direito do Trabalho não é fruto de nenhuma revolução. Ele conserva o sistema capitalista, tornando-o mais humano e encobrendo algumas de suas explorações.

Como instrumento que mantém a organização social capitalista, ele se adequa às necessidades dos detentores dos meios de produção. E qual é o maior desejo destes? Manter taxas de lucro crescentes. Se isso é possível através do corte de custos – especialmente de capital variável – cabe à nós passar a fazer outra indagação.

O “pacto fordista” trazia vantagens para o capital e para o trabalho. Não sendo mais necessário conceder direitos aos trabalhadores para manter o abandono das ideias revolucionárias pelos trabalhadores, é possível mantê-lo?

É importante notar que a releitura de alguns textos de Marx na década de 60, bem como a generalização das ideias de liberdade e igualdade do Iluminismo, possibilitaram a retomada e aprofundamento dos ideais revolucionários. Aliados a outros fatores, que não analisamos no presente estudo, tudo isso provocou a eclosão de múltiplos e complexos movimentos sociais em 1968.

Mas se podemos atribuir o rompimento do “pacto fordista” aos trabalhadores e seus filhos que ingressaram na Universidade, também não podemos nos esquivar do reconhecimento de que, apesar da promessa implícita de progressão constante dos direitos

democráticos, o capital e o Estado, ao retomarem as ideias ultraliberais no fim da década de 70, provocaram o desmonte do sonho do Estado de Bem Estar Social.

Assim, nos parece que uma resposta é cabível, apesar de não termos a pretensão de concebê-la como definitiva. Cabe aos trabalhadores buscar novos patamares de estabelecimento de um novo pacto social, uma vez que esse se dá – especialmente – por meio de pressões sociais organizadas. E somente eles poderão analisar se o deverão fazer pela via reformista ou revolucionária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Prefácio*. p. 9-29. in: MORRIS, Charles R. *O crash de 2008: dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito*. São Paulo: Aracati, 2009.
- HOBBSAWM, Eric. (Trad.: Marcos Santarrita). *Era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUBERMAN, Leo. (Trad.: Waltensir Dutra). *História da riqueza do homem*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1986.
- HUNT, E.K (Trad.: José Ricardo Brandão Azevedo; Maria José Cyhlar Monteiro). *História do pensamento econômico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis – o pensamento de Marx no século XXI*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. (trad. Victor Hugo Klagsbrunn). in *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Coord. SADER, Emir; GENRO, Tarso, *et al.* p. 7/41. 1ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Contraponto Editora Ltda.
- VIANA, Márcio Túlio. *O trabalho nos tempos de Taylor, Keynes e Ford*. Aula Virtual. PUC Minas Virtual, disponível em http://200.244.52.177/embratel/main/mediaview/freetextsearch/new_search acessado em 09 de maio de 2010.